

## O sistema-D nas fases iniciais da aquisição da linguagem

D. T. L. Palmiere – UNICAMP

Radford (1990, 1997) propõe que o componente categorial das primeiras fases da gramática da criança (por volta de 1;6 a 2;0 de idade) é de natureza puramente lexical, sendo que nesse primeiro estágio de categorização, identificado por ele como *fase pré-funcional*, as crianças não desenvolvem os sistemas das categorias funcionais.<sup>1</sup> De acordo com o autor, as primeiras estruturas nominais produzidas pela criança são *indeterminadas*, no sentido de que não possuem um sistema-D sintaticamente projetado (ou seja, não apresentam determinantes pré-modificadores como artigos e demonstrativos, bem como o 's do genitivo). Para o autor, o que equivale, na fala da criança, aos DPs<sup>2</sup> do adulto são simples NPs. Assim, os primeiros nomes produzidos pela criança são vistos como projeções da cabeça N para NP, não havendo projeções funcionais de NP para DP.

Este trabalho tem como objetivo demonstrar, a partir da análise dos dados de uma criança brasileira – Raquel,<sup>3</sup> entre 1;5 até 1;9 de idade – que, no estágio em que essa criança é capaz de produzir seqüências de duas palavras, ela parece já apresentar o sistema-D,

<sup>1</sup> Ou seja, não desenvolvem sistema-D, sistema-C e sistema-I. Sobre a distinção *categoria lexical X categoria funcional*, vide Ouhalla (1990).

<sup>2</sup> Segundo Fukui e Speas (1986) e Abney (1987, *apud* Raposo 1992), a categoria-D projeta de acordo com os princípios da teoria X-barrá, sendo que os NPs são, na verdade, *Grupos de Determinantes* (DPs), projeções da categoria D e não da categoria N.

<sup>3</sup> O papel de NP é, então, o de complemento de D.

Os dados longitudinais de Raquel utilizados neste trabalho fazem parte do Banco de Dados do Projeto de Aquisição da Linguagem, do Departamento de Linguística, IEL, UNICAMP.

pelo menos em termos dos traços sintáticos e semânticos, embora nem sempre com uma matriz fonológica clara.

O primeiro argumento de Radford (*op. cit.*) em defesa da hipótese da ausência do sistema-D é o fato de que inicialmente a criança produz nomes sem determinantes em contextos que requerem, na fala do adulto, nomes acompanhados de determinantes, como nos exemplos a seguir: "Open door. Want ball. Want car." (Stephen, 1;5); "Top on. Read book." (Lucy, 1;6); "Eat cookie. Get diaper. Horse tumble." (Allison, 1;8); "Want sweet. Where car?" (Daniel, 1;9).

Esse primeiro argumento do autor em defesa da não existência do sistema-D na fase inicial da aquisição da linguagem pode ser questionado de duas maneiras. Em primeiro lugar, no Português, os contextos em que aparecem os nomes nos dados acima não requerem necessariamente um determinante. Pode-se dizer que é comum uma criança brasileira ouvir expressões como "Come bolo."; "Quero bala.", etc., em que o nome aparece não acompanhado por um determinante. Assim, uma criança adquirindo o Português como língua materna deparar-se-á tanto com nomes precedidos de determinantes quanto com nomes desacompanhados deles. E o fato de encontrarem-se, na fala do adulto, nomes não precedidos por determinantes não significa que, nesses contextos, não exista DP, mas aponta para o fato de que a posição D pode estar vazia, não preenchida lexicalmente.

Em segundo lugar, alguns dados de Raquel mostram que, mesmo nas fases iniciais do seu processo de aquisição da linguagem, essa criança já produz NPs precedidos por formas vocálicas que poderiam ser encaradas como determinantes, ainda que não se possa afirmar que tais formas já sejam absolutamente equivalentes às do adulto.

Os exemplos (1) a (5) dos dados dessa criança ilustram tal fenômeno:

(1) R: bola  
( ) é vê  
a bola (1;6.29)

(2) M: Que que cê vai fechar?  
(R. tenta fechar a gaveta)

R: u tedu  
u tedu

M: O dedu? É, cuidado com o dedo. (1;8.00)

(3) R: a poca  
a poca (= boca) (1;8.15)

(4) M: Quem tá gritando lá?  
R: a Cali (= Kelly) (1;8.25)

(5) (R. está folheando uma revista)

R: u mininu  
( ) mininu

( ) R: óctu  
adê u óctu?

M: Cadê o óculos?

( ) R: pucula u balalão (= cavalão)

R: adê u mininu? (1;9.05)

Uma análise possível de tais formas vocálicas antecedendo NPs é a apresentada por Santos (1995), de dados dessa mesma criança, Raquel, de 1;5 aos 2;0 de idade, ao lado dos de outra criança, Tiago, dos 1;8 aos 3;0. A autora observa que essas duas crianças, já nas fases iniciais de seu desenvolvimento lingüístico, inserem determinados segmentos vocálicos ("filler-sounds"/"placeholders": a, ʌ, o, u, ω) antecedendo NPs. Para a autora, que defende uma visão maturacional, a inserção de tais segmentos está comprometida, num primeiro momento do desenvolvimento lingüístico, com a aquisição da prosódia (contorno entonacional, ritmo), e somente num momento posterior estaria comprometida também com a aquisição da sintaxe (artigos, pronomes), visto que o "caráter de definitude" desses elementos só seria adquirido mais tarde. Para a autora, a presença desses segmentos vocálicos precedendo NPs não significa, num primeiro momento, que a criança já adquiriu a categoria dos determinantes, mas que ela já está utilizando proto-morfemas nesses lugares.

Parece-me que a questão mais importante aqui é como definir o momento em que a criança adquire a categoria-D. Santos (*op. cit.*) aponta que os sons comumente usados pelas crianças como placeholders (segmento vocálico menos tenso) são muito próximos do sistema de determinantes da língua portuguesa (a, a, os, as), e admite que isso faz com que se torne mais difícil afirmar quando a criança adquire o sistema de determinantes. Tal questão pode, ainda, ser colocada de uma outra forma: o que de fato significa afirmar que "a criança já adquiriu" a categoria-D? Significa a criança ter domínio pleno dessa categoria ou significa apresentar, ainda que muitas vezes de maneira indireta, evidências de que a categoria já existe em seu léxico (sendo, portanto, licenciada pela

GU), embora nem sempre sua realização se dê de maneira idêntica à da linguagem do adulto? Essa é uma pergunta que também pode ser feita em relação às demais categorias e parece ser crucial na investigação em aquisição da linguagem, definindo qual o estatuto que se imprime aos dados.

Se, com relação aos artigos, as conclusões não se fazem tão claras, o mesmo não parece ocorrer com respeito aos demonstrativos, como ilustra (6) abaixo:

- (6) R: a popo  
sássá  
M: Vai buscar a popô? (chupeta)  
R: não (para D., que entra com a chupeta)  
ete popo  
M: Ah, a D. trouxe o popô, né Lela?  
R: ( ) a põe, põe  
M: Cê quer o quê? Pôr o popô aqui no gravador? (1;7.21)

Antes, porém, de tecer considerações sobre os demonstrativos, é importante ressaltar que, na ocorrência acima, Raquel usa a forma *a* tanto precedendo um nome (*popo* = chupeta) quanto uma forma verbal (*põe*). Isso talvez aponte para o fato de que, nessa fase inicial, a forma *a* produzida por Raquel nem sempre corresponde ao artigo do adulto, visto que essa criança também enuncia tal forma antes de verbos. Por outro lado, isso não significa que Raquel ainda não tenha o sistema-D, pois uma vez que essa criança contrasta nomes precedidos por 'artigos' a nomes que não o são (como em (1) e (5)), demonstrando perceber e poder preencher o lugar em que os artigos normalmente aparecem na fala do adulto, podemos supor que os determinantes já existem em seu léxico. Assim, podemos presumir também, diferentemente de Radford (*op. cit.*), que a criança já possui o sistema-D desde as primeiras fases de seu desenvolvimento lingüístico.

O exemplo (6) ilustra também que, nessa fase inicial, Raquel já produz nomes precedidos por demonstrativos, contrariando a afirmação de Radford de que a criança no chamado estágio lexical de seu desenvolvimento ainda não apresenta determinantes tais como *a/the/this/that*, etc., no caso da língua inglesa.

O autor apresenta alguns dados que ilustram o fato de um menino entre 1;5 e 1;7 de idade produzir demonstrativos como *this* e *that*, o que poderia ser considerado um contra-exemplo para sua hipótese. Entretanto, afirma que essa criança nunca combina esses demonstrativos com nomes, e, por isso, para Radford não fica claro

em que sentido se poderia dizer que tais palavras servem como determinantes nos NPs da criança. Para ele, os demonstrativos *this/that* parecem preencher a posição de NP nesta fase inicial da aquisição da linguagem.

Os exemplos (7) e (8), a seguir, mostram que, nessa fase inicial, Raquel já apresenta demonstrativos, sendo que os usa não somente no lugar de um NP, mas também antecedendo um NP:

- (7) M: Cê qué o quê?  
R: essi bacodu  
M: Ah? Brinquedo?  
( ) R: essi equedu nã/ não (1;7.21)
- (8) (M. dá pipoca para R., que estende a outra mão para ganhar mais.)  
R: sá mão, sá mão (estendendo a outra mão)  
( ) R: essi (estendendo a outra mão)  
M: Na outra mão. Pronto!  
R: a mão, ota mão (1;7.21)

O fato de Raquel usar o demonstrativo tanto no lugar de um NP, quanto antecedendo um NP, parece ser um forte contra-exemplo para a conclusão de Radford de que, nessa fase inicial, a criança não apresenta ainda nomes precedidos por determinantes e que, portanto, ela ainda não teria desenvolvido o sistema-D. O que os dados de Raquel nos mostram é que essa criança já apresenta *a/o/este* precedendo nomes desde cedo.

Outro argumento usado por Radford em favor da não existência do sistema-D nas fases iniciais da gramática infantil é o fato da criança inglesa não usar o morfema de genitivo 's,<sup>4</sup> como mostram os exemplos: "Mummy car / Daddy hat" (Stefan 1;4); "Baby cup" (Allison 1;6); "Teddy colour" (Lucy 2;0). Segundo o autor, isso sugere que, para a criança, tais itens lingüísticos configuram-se como NPs e não como DPs nessa fase inicial. Assumindo que *caso* é uma propriedade inerente ao sistema-D, o autor conclui que se a criança não apresenta tal sistema nas fases iniciais da aquisição da linguagem, de igual forma também não apresenta sistema de caso.

Apesar dos dados apresentados por Radford realmente mostrarem o não uso, pelas crianças, do genitivo 's, eles permitem uma análise diferente daquela feita pelo autor. Observe-se que, mesmo não apresentando o caso genitivo marcado morfológicamente,

<sup>4</sup> Radford (*op. cit.*) assume a proposta de Fukui (1986, *apud* Radford, 1990) de que o morfema 's de genitivo, em inglês, funciona como cabeça de um DP.

todos os dados apontados pelo autor ilustram o fato de que as crianças adquirindo o inglês como língua materna, em contextos em que o 's seria esperado, usam a estrutura própria dessa língua para tais contextos, a saber, a ordem N (possuidor), N (coisa possuída), e não, por exemplo, o contrário, "car mummy".

É interessante trazermos aqui, nesse momento, dados de duas outras crianças adquirindo o Português como língua materna para corroborar a análise que tentamos propor:

papá *Bobo*. (= sapato do Augusto) (Augusto 2;2.16)

papá *Tatá*. (= sandália da Renata) (Renata 2;5.14)

bá *Tatá*. (= balde da Renata) (Renata 2;6.11)

Note-se, nos exemplos acima, que essas duas crianças não usam a preposição *de* para atribuir caso aos nomes em itálico, ou seja, não marcam morfologicamente o caso genitivo em português. Por outro lado, usam a ordem própria de sua língua materna, o português, para tais contextos: N (coisa possuída), N (possuidor).

É interessante observar que nos exemplos de crianças adquirindo o Inglês como língua materna, apresentados por Radford, não se encontra nenhum caso em que as crianças usem, para enunciar expressões em que o genitivo seria esperado, a ordem N (coisa possuída), N (possuidor), que não é própria dessa língua. Da mesma forma, nos dados de crianças adquirindo o Português, não se encontra a produção da ordem N (possuidor), N (coisa possuída) nesses contextos, ordem essa que não é própria da língua portuguesa. A partir disso, podemos supor que nas fases iniciais da aquisição da linguagem, mesmo sem marcar morfologicamente o caso genitivo, as crianças o marcam estruturalmente, na ordem fixa das palavras, ordem essa particular a cada língua. Assim, pode-se questionar a conclusão de Radford de que as crianças nessa fase não apresentam sistema de caso e usam NPs *sem* marca de caso em contextos em que um DP *com* marca de caso seria esperado.

A partir disso, não seria possível dizer que o fato da categoria dos determinantes apresentar-se muitas vezes vazia na fala inicial da criança não significa necessariamente que tal categoria ainda não exista? Parece-me que a linearização de elementos pode mostrar-se como uma evidência indireta de conhecimento sintático, mesmo na ausência da realização morfológica.

Nos dados de Raquel, notamos que, mesmo sem usar a preposição *de* para atribuir caso a um nome, essa criança já demonstra plena compreensão dessa estrutura na fala do adulto, como mostra o exemplo (9), a seguir, o que sugere que, de alguma forma, tal criança parece "ter disponível" o sistema em questão:

- (9) M: Agora me mostra o cabelo do nenê.  
 R: ahn?  
 M: Cabelo do nenê.  
 R: aí (apontando o cabelo da boneca)  
 M: E o seu cabelo?  
 R: aí (apontando para o seu próprio cabelo)  
 M: E o cabelo da Teté? (apelido da mãe)  
 R: aí (apontando o cabelo da mãe)  
 M: Ah, aqui mesmo! Linda! (1;8.25)

Outro argumento de Radford em favor da ausência do sistema de caso na chamada fase lexical da criança, o que, para ele, está em íntima correlação com a ausência do sistema-D, é o fato de que crianças nessa fase não demonstrariam qualquer evidência de aquisição dos pronomes marcados por caso.

Os dados (10) a (13), abaixo, ilustram, diferentemente do que afirma o autor, que desde as primeiras fases de seu desenvolvimento lingüístico Raquel já apresenta o uso de tais itens lingüísticos:

- (10) R: adê ma nenê? (procurando por sua boneca) (1;7.13)
- (11) M: Me mostra o umbigo dela (da boneca).  
 E a mão dela?  
 R: mão dela  
 aí (apontando para a mão da boneca)  
 M: E o peitinho dela?  
 R: u peitinho dela?  
 M: É.  
 R: aí (apontando o peito da boneca)  
 M: E o seu peitinho?  
 R: minha? (levantando a blusa)  
 M: É. O seu mesmo. (1;8.25)
- (12) R: minha mão  
 minha mão  
 (...)  
 R: assu tá suja (1;9.05)
- (13) (R. fazendo força para tirar o chapéu do boneco)  
 M: Quer tirar?  
 R: não  
 te/  
 tesa ela (olhando para o boneco)

M: Deixa ele.  
"Deixa ele", não "deixa ela".  
R: tesa ele (1;8.15)

Concluindo, podemos dizer que os dados das crianças aqui apresentados parecem configurar-se como capazes de questionar a análise proposta por Radford (*op. cit.*) dos períodos iniciais da aquisição da linguagem, que, segundo ele, seriam caracterizados por serem uma fase lexical, pré-funcional, em que as categorias funcionais – especialmente, aqui, o sistema-D – não estariam presentes.

Como foi apontado ao longo desse trabalho, mesmo quando Raquel ainda não apresenta uma matriz fonológica clara para os determinantes, essa criança parece já apresentar o sistema-D, pelo menos em termos dos traços sintáticos e semânticos. Assim, pode-se questionar a existência de uma fase pré-funcional no desenvolvimento lingüístico da criança, em que sua gramática, no que diz respeito à presença do sistema-D, seria diferente da do adulto.

#### Referências bibliográficas

- KATO, M. A. Sintaxe e aquisição na teoria de princípios e parâmetros. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, PUCRS, 1995a.
- . Raízes não finitas na criança e a construção do sujeito. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, IEL-UNICAMP, n. 29, 1995b.
- OUHALLA, J. *Functional heads and parametric variation*. London: Routledge, 1990.
- RADFORD, A. *Syntactic theory and the acquisition of English syntax*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- . Estrutura frasal e categorias funcionais. In: FLETCHER, P. (ed.) *Compendio da linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- RAPOSO, E. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminhos, 1992.
- SANTOS, R. S. *Lima interface fonologia-sintaxe: o uso de "sons preenchedores" da categoria funcional dos determinantes no processo de aquisição da linguagem*. Dissertação de Mestrado – Unicamp, 1995.